



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ISCED-HUÍLA

O Poder Público e as Autoridades Tradicionais na Província do
Namibe: Um Estudo de Caso na Comuna do Forte Santa Rita

Autor: Frédson da Cruz Inácio Vitorino Cristóvão

Lubango
2022



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ISCED-HUÍLA

O Poder Público e as Autoridades Tradicionais na Província do
Namibe: Um Estudo de Caso na Comuna do Forte Santa Rita

Trabalho Apresentado para a Obtenção do Grau
de Licenciatura em Em Ensino de História

Autor: Frédson da Cruz Inácio Vitorino Cristóvão

Orientador: Narciso Félix José Nhulilivali, PhD

Lubango

2022



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ISCED-HUÍLA**

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Tendo consciência que a cópia ou o plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar bem como reprovação ou a retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu, FRÉDSON DA CRUZ INÁCIO VITORINO CRISTÓVÃO, estudante finalista do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla) do curso de ENSINO DA HISTÓRIA, do Departamento de Ciências Sociais, declaro, por nossa honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, 13 de Junho de 2022

O Autor

Frédson da Cruz Inácio Vitorino Cristóvão

Agradecimento

Primeiramente deve agradecer a Deus o todo poderoso pelas múltiplas bênçãos na minha vida, por ter me protegido sempre, dando-me saúde, paz de espírito e muitas alegrias. Senhor muito obrigado.

Expresso o meu profundo agradecimento ao Professor Doutor Narciso Felix Nhulilivali por aceitar ser meu tuto e por depositar a sua confiança em mim ao concordar em tutorar o presente trabalho, e que, desde o início soube compreender apesar das inúmeras dificuldades e limitações por minha parte. O meu muito obrigado.

Os meus agradecimentos são extensivos ao coletivo de docentes do Instituto Superior de Ciências da Educação na Huíla e em particular os do curso de História do pós-laboral e não so, que de forma directa ou indirecta e incansavelmente contribuíram de forma positiva para a minha formação profissional e intelectual, sem esquecer aos meus colegas de serviço em particular a Senhora Directora Maria Filomena Alfredo, ao Subdirector Agostinho Mande e aos chefes de turno. O meu muito obrigado.

Em suma, agradeço imenso a toda minha família, amigos e colegas que serviram e servem de base para meu o desenvolvimento e que estão presentes em todos os momentos da minha vida. Em particular agradeço a minha mãe Maria da Cruz dos Santos, ao meu pai Luís Cristóvão, esposa Indira Bernardo, irmã Maria Gracinda Samukepe, irmão João Ernesto e filhos pelo apoio moral e material que me proporcionaram e dizer que sem vocês nada seria possível. O meu muito obrigado.

Dedicatória

Com muita satisfação eu dedico esta obra a minha família toda e em particular aos meus queridos pais e esposa:

- Luís Cristóvão
- Maria da Cruz dos Santos
- Indira Bernardo

Resumo

Este é um estudo que se enquadra no âmbito da História de Angola e versa sobre a “Influência do Poder público local sobre as autoridades tradicionais na Província do Namibe, estudando um caso particular da comuna do Forte Santa Rita”. Para a concretização do estudo foram seleccionados os métodos histórico, comparativo, pesquisa bibliográfica, estatístico além de técnicas de entrevista e de questionário. Estruturalmente a presente obra está dividida em três capítulos. No que diz respeito ao primeiro capítulo, fez-se a caracterização da Província do Namibe, onde destacou-se os seguintes o enquadramento geográfico, a localização, os limites, o clima e meio natural, bem como o enquadramento histórico, a população local, os primeiros contactos com os portugueses. Quanto ao segundo capítulo, descreveu-se o tema em abordagem. Já no terceiro capítulo, fez-se a análise e interpretação dos dados obtidos através da aplicação dos inquéritos, onde podemos onde se tratou dos seguintes pontos: metodologia, população e amostra e por último fez-se a apresentação dos resultados do estudo empírico.

Palavras-chave: poder público, autoridades tradicionais, província do Namibe, Forte Santa Rita

Abstract

This is a study that falls within the scope of the History of Angola and deals with the “Influence of the local government on traditional authorities in the Province of Namibe, studying a particular case of the commune of Forte Santa Rita”. For the accomplishment of the study, historical, comparative, bibliographic research, statistical methods were selected, as well as interview and questionnaire techniques. Structurally, this work is divided into three chapters. With regard to the first chapter, the Namibe Province was characterized, where the following were highlighted: the geographical framework, location, limits, climate and natural environment, as well as the historical framework, the local population, first contacts with the Portuguese. As for the second chapter, the topic being approached was described. In the third chapter, the analysis and interpretation of the data obtained through the application of the surveys were carried out, where the following points were dealt with: methodology, population and sample and finally the results of the empirical study were presented.

Keywords: government, traditional authorities, Namibe province, Forte Santa Rita

Índice

Agradecimento	i
Dedicatória	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Introdução	1
CAPITULO I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PROVÍNCIA DO NAMIBE.....	9
1.1 Enquadramento Geográfico	9
1.1.1 Localização	9
1.1.2 – Limites.....	9
1.1.3 Clima e Meio Natural.....	10
1.2- Enquadramento Histórico.....	13
1.2.1 – A População Local.....	13
1.2.2 – Os Primeiros Contactos Com os Portugueses.....	15
1.2.3 – Relação Entre os Portugueses e a População Local.....	16
CAPITULO II - O PODER PÚBLICO E AS AUTORIDADES TRADICIONAIS NA REGIÃO DE MOÇÂMEDES, COMUNA DO FORTE SANTA RITA.....	20
2.1 – Breve Discussão Teórica.....	20
2.2. - O Poder Público	23
2.3 -- Princípios Fundamentais do Poder Público e As Autoridades Tradicionais	25
2.4 - Princípios Fundamentais das Autoridades Tradicionais.....	30
2.5 – A Relação Entre Poder Público e Autoridades Tradicionais	32
2.6 – A Influência do Poder Público Sobre as Autoridades Tradicionais	33
CAPITULO III – ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	37
2.2.1. População e Amostra	37
2.3. Apresentação Dos Resultados.....	37
Conclusão	46
Sugestões.....	49
Bibliografia.....	51
Anexos.....	55

INTRODUÇÃO

O poder local é uma realidade antiga em Angola, quer dizer, existe e está organizado antes do surgimento do Estado moderno efectivamente. Durante a fase de ocupação colonial, o território angolano era gerido por unidades políticas, sobretudo reinos dirigidos por um soberano, de acordo com um sistema de filiação ou de linhagem cuja origem do poder assentava nos antepassados, num desígnio sobrenatural.

Na realidade, havia reinos com grandes poderes, extensos e com diversas instituições. De entre os mais conhecidos encontra-se o do Congo, os não menos importantes de Kassanje, Ndongo, Matamba, Bailundo e Kwanhama. Simultaneamente, outras unidades políticas organizavam-se em formas mais simples, em conjuntos de comunidades ligadas pelo parentesco ou por um antepassado comum mítico, sem um poder centralizador e com instituições políticas muito simples. Outro ainda, à semelhança dos caçadores-recolectores actuais do Sudoeste de Angola, apenas assentes no grupo doméstico, sem outra chefia que não a do poder paterna. Após a Conferência de Berlim de 1884-1885, a atitude formal das recém-chegadas administrações coloniais não foi unitária. De realçar contudo que a atitude jurídico-colonial dos europeus foi a de adopção de políticas de assimilação, baseadas num paradoxo onde a civilização europeia era considerada superior aos costumes africanos.

Problema e Pergunta de Investigação

A posição das autoridades tradicionais como intermediários na ligação com o Estado é aparentemente a sua mais forte marca, de um outro ângulo, será eventualmente como entidades que foram assumindo um papel a meio caminho entre o central e o local. Actualmente, as autoridades tradicionais emergentes são na realidade agentes locais organizados, intermediários cujo perfil é muitas vezes atípico. Estão a ser reconhecidos como agentes eficazes na articulação entre o nível central e o local. Como resultado de todas estas reconfigurações sociopolíticas e económicas, temos actualmente como chefes, entidades que raramente encaixam nos moldes clássicos, ao contrário do passado. Os actuais chefes tradicionais estão colocados em muitos casos por conveniência política em certas localidades. De qualquer modo, baseados numa tradição que assenta em factores de hereditariedade, as autoridades tradicionais vêm agora a sua existência reconhecida pela Constituição, mas o que será efectivamente o seu

papel, ficará consignado nos instrumentos reguladores do exercício da sua actividade.

Com base neste problema o estudo procurou responder a seguinte pergunta de investigação: Qual é a influência do Poder público local sobre as autoridades tradicionais na Comuna do Forte Santa Rita da Província do Namibe?

Motivação da Escolha do Tema

A razão da escolha do tema deveu-se ao facto de se tratar de um assunto de grande realce para África visto que se enquadra nos diferentes problemas que actualmente África vive. Porém, achei conveniente fazer um estudo profundo com o propósito de dar o meu singelo contributo para o enriquecimento dos conteúdos de História de Angola. Sobretudo no que diz respeito as autoridades tradicionais na província do Namibe, caso particular na comuna do forte Santa Rita são pouco afluídos tanto no ensino médio quanto no superior isto devido a fraca informação e o fraco acervo de conteúdo bibliográfico, constatei que se devia abordar com maior profundidade este problema.

Importância do Estudo

A importância teórica deste estudo vai fazer com que as pessoas possam ter um maior e mais profundo conhecimento O Poder local público e as autoridades tradicionais na província do Namibe, caso particular na comuna do Forte Santa Rita, bem como conhecer as consequências da mesma quer na região em particular quer em África no geral além de que servirá como fonte de investigação. Quanto a importância prática consiste em dar um contributo para o conhecimento do assunto aos estudantes do 3º ano do curso de História do ISCED-Lubango e não só, servir também de impulso para futuras investigações. Por ser assim, elaboramos um texto que poderá servir de apoio visto que esta matéria é pouquíssimo abordada.

Objectivo Geral

- Identificar a relação que existe entre o poder local público e as autoridades tradicionais na comuna do Forte Santa Rita da província do Namibe.

Objectivo específico

- Caracterizar geograficamente a província do Namibe;
- Fazer um enquadramento histórico da província do Namibe;
- Identificar a relação que existiu entre os portugueses e os nativos;
- Identificar os principais itinerários históricos da província do Namibe;

- Relacionar o poder Público e as autoridades tradicionais.

Metodologia

Tipo de pesquisa

O estudo optou por uma pesquisa qualitativa, com um desenho descritivo. A pesquisa descritiva observa, regista, analisa e ordenam dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Assim, para colectar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, tais como: entrevista, formulário, questionário e observação, leitura analítica (Almeida, 1996).

Métodos

O estudo apoiou-se nos métodos, histórico, comparativo, pesquisa bibliográfica e estatístico.

Método Histórico - segundo Konstantinov apud Gonçalves (2009, p. 57), o método histórico estuda a trajectória real dos fenómenos e acontecimentos no percurso de sua história. Este método será utilizado para estudarmos a evolução histórica da região do Namibe bem como o desde o período colonial ate a actualidade.

Método Comparativo - este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (Marconi e Lakatos, 2009, p. 92). O método comparativo, nos irá servir para realizar comparação sobre os diferentes períodos desde o pré-colonial, colonial e os pós colonial.

Método de Pesquisa Bibliográfica- Segundo Cervo e Bervian (1976, p. 69) qualquer tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação em questão, quer para a fundamentação teórica. Impõe-se-nos por isso, nesta pesquisa vir a utilizar este método e como dizem Lakatos e Marconi (1987, p. 66) a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, selecção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado em livros, enciclopédias, revistas, jornais, folhetos, boletins, monografias, teses, dissertações e material cartográfico. Foi muito importante utilizar este método, pois, pouca bibliografia do assunto foi produzida até então.

Método Estatístico – o procedimento por meio do método estatístico, é utilizado como uma ferramenta para reduzir qualquer informação quantitativa que se adquira numa investigação, e como dizem Marconi e Pressoto (2009:12) os dados são demonstrados em tabelas, gráficos, quadros etc. A utilização deste método justificou-se por causa da construção do capítulo em que procedemos a apresentação dos dados do questionário.

Técnicas de Pesquisa

Entrevista - a entrevista consiste numa técnica de conversação directa, dirigida por uma das partes, de maneira metódica, objectivando a compreensão de uma situação (Pinto, 2009, p. 17). Utilizamos esta técnica para a recolha de informações aos professores e estudantes do curso de História.

Questionário o questionário é um conjunto de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, tendo como objectivo adquirir informações sobre o objecto em estudo (*Idem*, 18). Colocou-se em nosso questionário perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. O questionário será utilizado para recolhermos os dados de necessitaremos junto dos estudantes do 4º ano.

Estrutura do trabalho- o presente trabalho está dividido em três capítulos.

CAPITULO I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PROVÍNCIA DO NAMIBE

CAPITULO I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA PROVÍNCIA DO NAMIBE

1.2 Enquadramento Geográfico

1.2.1 Localização

A Província do Namibe, com sede na cidade de Moçâmedes, compreende os Municípios de Moçâmedes, Lucira, Camucuí, Cacimbas, Bibala, Munhino, Tômbwa, Yona e Virei. O Município de Moçâmedes compreende as Comunas de Moçâmedes, Valódia, Forte Santa Rita e Saco-Mar. A Comuna do Forte Santa Rita, com sede no Forte Santa Rita, tem os seguintes limites.¹

1.1.4 – Limites

A comuna do Forte Santa Rita, tem os seguintes limites:

A partir do cruzamento entre rua 10 de Dezembro e a rua 11 de Novembro passando pela ponte do rio Bero desta até ao entrocamento entre a estrada nacional 280 e a estrada do saco mar; seguindo com a estrada do saco mar até chegar ao desvio da estrada do Giraul de baixo em direcção a Lucira, seguindo com a mesma estrada até a ponte sobre o rio Giraul (baixo) desta ponte seguindo a estrada até ao cruzamento da baía das pipas e Lubango deste cruzamento seguindo a estrada em direcção ao Lubango até ao cruzamento da Lucira com o Lubango deste cruzamento seguindo pela estrada 280, descendo com a mesma em direcção ao Namibe, passando pela ponte que cruza a linha férrea, até ao triângulo do Km 26; deste triângulo EN 280 até a ponte sobre o rio pedra grande; o curso do rio pedra grande até a nascente; a linha que une a nascente deste à nascente do rio chinada, o curso do rio Chinda até a sua confluência do rio Giraul; a linha quebrada que une esta confluência ao vértice geodésico (527,0) e a nascente do rio Ducantuingue da sua nascente a sua confluência o rio Saiona; este desta confluência a sua confluência no rio Bero (Cubal); o curso deste rio até a confluência do rio Carrocu; desta confluência, o curso do rio Carroco até a nascente; desta nascente, uma linha quebrada que une o vértice geodésico principal Pico Vermelho cota (497,5); deste vértice a linha quebrada que une o vértice geodésico secundário Alto curva cota (407,9); desde o vértice geodésico secundário Alto Curva, uma linha quebrada até ao rio Tumimbala (Mapocoto), deste mesmo rio até a confluência do rio Flamingo (ou Buraco); o curso do rio Flamingo até a estrada Namibe - Tombwa; dessa mesma estrada

¹ Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA 2022)

até ao cruzamento da estrada Namibe Virei; deste cruzamento seguindo com a estrada que liga o município do virei, ate chegar ao cruzamento entre Virei e estrada que liga a comuna 5 de Abril; deste cruzamento seguindo a estrada 5 de Abril até as faldas: das faldas ate ao leito seco denominado forte; o curso deste rio passando até a linha quebrada em direcção a oeste a intersecção com a rua sem nome (junto a Escola 10 de Maio): desta passando ao oeste do cemitério do Calombiro, tendo um entrocamento com a escola x, tomando a direcção sul, fazendo o entrocamento com a estrada 5 de Abril, passando pela routunda do Mandume até a estrada 10 de Dezembro².

1.1.5 Clima e Meio Natural

A província do Namibe situa-se na vasta zona ecológica Sudoeste. Duas faixas territoriais podem ser distinguidas: a das terras baixas, com altitudes variando entre 0 e 500-600 m, que vai do mar até a base do escarpado que leva as altas terras e, a segunda, das terras altas com altitudes que registam mais de 1000 m (Ervedosa, citado por Gutierrez, 2009, p. 18).

As precipitações são escassas e a pluviometria bastante reduzida, variando entre 20mm no extremo sudoeste e 500mm junto do escarpado, este em razão dos ventos secos e frios provenientes da corrente fria de Benguela que passa junto à costa (Gutierrez, 2009).

No interior desta província, Simões e Simões (1992), citados por Gutierrez (2009, p. 18) diferenciam duas grandes estações: a época das chuvas e o cacimbo. A primeira, mais quente com algumas precipitações e a segunda, mais fresca, com quedas de temperaturas nocturnas bastantes acentuadas, é geralmente seca. As precipitações aumentam do litoral para o interior de 100mm a 400mm e que, na parte Este, as precipitações registam entre 400 a 800mm, daí uma cobertura digital mais densa.

A distribuição da temperatura do ar é muito afectada por factores climáticos locais: a corrente fria de Benguela, a distância ao mar e o relevo (Carta Geral dos Solos de Angola, 1963, p. 24).

Pode-se afirmar que é devido a corrente fria de Benguela que as temperaturas do ar nesta parte do país são excepcionalmente baixas. O clima é temperado húmido, onde a temperatura média anual é menor que 20°C na faixa costeira sul

² Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA 2022)

do Namibe. Na faixa costeira do Norte a temperatura torna-se mais amena, devido a elevação do terreno. No centro entre a costa e a Serra da Chela, o clima é quente, sendo a temperatura média anual igual ou superior a 23°C.

Existem duas estações chuvosas: a pequena e a grande. A pequena começa em Novembro com uma precipitação média anual de 51mm e a grande em Março. O mês mais frio é o de Julho com uma temperatura de 15°C nos postos do litoral Sul e á volta de 20°C no interior. O mês mais quente é o de Março nos postos ao lado do mar e o de Novembro no interior, onde a temperatura varia entre pouco menos de 20°C no centro sudoeste e pouco mais de 25°C nos postos do interior.³

O município do Virei tem um clima tropical seco, com poucas quedas pluviométricas, sendo a sua precipitação média anual entre os 50 à 100mm, com uma temperatura média anual quente que oscila de 17° à 40°.

A sua humidade relativa média anual ronda acima dos 70%, com solos áridos tropicais á terrenos rochosos e acidentados, com uma vegetação variada de estepe a floresta aberta⁴.

A rede hidrográfica do Namibe é de importância reduzida, pois a quase totalidade das linhas de água tem regime intermitente. Pode-se referir como os mais importantes, de Norte para Sul, os rios Cangala, Carunjamba, Inamangando, São Nicolau, Giraul, Bero, Kuroca e Cunene.

O rio Cangala serve de limite Norte em parte da província, o Carunjamba tem a nascente localizada na região de Quéria e vai desaguar alguns quilómetros à Sul da Lucira. O Inamangando desagua a Sul do interior sendo designado no interior por Chingo e no curso superior recebe o nome de Chincondua. O São Nicolau nasce na zona serrana do Nordeste da província. É conhecido nos cursos médios e superior por Bentiaba⁵.

O rio Giraul nasce na zona da Vila Arriaga e a foz fica alguns quilómetros a Norte do Namibe no curso superior recebe o nome de Munhino. O rio Bero nasce na província da Huíla, onde tem uma pequena parte do curso superior, sendo aí

³Carta Geral dos Solos de Angola, 1963

⁴Ibidem

⁵Ibidem

designado por Chipeio, desagua perto de Namibe, a Norte, e é também conhecido por Cubal. O rio Kuroca, serve de limite entre Namibe e a Huíla⁶.

A fauna da província do Namibe é idêntica a maioria das regiões selváticas de Angola, destacando-se alguns antílopes como: a gazela (cabra de leque), o Olongo, o cabrito-montês, a cabra selvagem e mais para o Sul a impala, algumas feras como: o leão, a onça, o chacal, o mabeco e várias espécies de serpentes (Bentecourt e Cotta, 1962).

Como animais raros, aparecem a suricata, mamífero de 30 a 40 cm de altura que vive em buraco e adapta a posição erecta apoiada nas patas traseiras e na cauda.

Por influência da corrente fria de Benguela as águas do mar que contornam o deserto do Namibe são ricas em nutrientes: o “*plakton*” ocorre ali em quantidades fantásticas. Dele se alimentam os peixes menores que, por sua vez, servem de alimento para os peixes maiores, aves e mamíferos.

Cerca de três quartos os flamingos de África alimentam-se naquela costa e todas as aves marinhas ali fazem os seus ninhos numa altura do ano em que podem aproveitar-se de abundância de peixes. Na costa da região, há ainda a registar a presença de golfinhos (Ibidem, 1962).

A zona semi-desértica ou marginal é dotada de plantas gramíneas, leguminosas e arbustos vivazes ou de touca, de grande valor, pois a germinação das sementes caídas na terra opera-se rapidamente, após as primeiras chuvas. As plantas leguminosas encontradas em menor quantidade são as mais apreciadas pelo gado e os arbustos espinheiras, mutuati e terminalia constituem a alimentação de socorro, durante os períodos de seca.

Entre as plantas existentes no Namibe, sobressai a “*Welwitschia Mirabilis*”, com o seu formato fantástico e as suas duas únicas folhas esfiapadas que, semelhantes à tentáculos de alguma criatura, absorvem a humidade do ar. Essa planta, cujas folhas são resultado do relacionamento simbiótico entre as algas e os fungos. A parte que se relaciona com os fungos fornece o suporte físico, enquanto as das algas é responsável pela fotossíntese que fornece o alimento e a energia para sua locomoção. Os líquenes aproveitam a humidade proveniente

⁶Carta geral dos solos de Angola, 1963

do ar, assim como a dos nevoeiros. No entanto, nem toda província é desértica assim como demonstra a variedade da sua vegetação e fauna⁷.

1.2- Enquadramento Histórico

1.2.1 – A população Local

A província do Namibe possui uma vasta densidade demográfica e a sua ocupação tem origens remotas. As pinturas e gravuras rupestres descobertas na região do Tchitundu-Hulo, no município do Virei e nas grutas de Macahama e Hai no Caraculo, comprovam a ocupação humana na região pelo menos desde o Paleolítico. A população da região em estudo é hoje constituída por populações não bantu e bantu.

Khoisan: esta designação é resultado da fusão de dois povos, os hotentotes (khoi) e os Bosquímanos (San) mas eles designam-se a si mesmo pela palavra kung que significa “pessoa, ser humano”. Parte deste povo que se encontra em Angola, são conhecidos por ova-kwankala, que significa, “gente do caranguejo” e por Camussequeles, que significa, “homens comedores de porco-espinho” (Fernandes e Ntongo, 2002, p. 25).

Os Bochimanes (Bosquímanos, Bushmen) podem mesmo ter descendido dos “homens de Grimmald”, negróides, efectuando um percurso (há 5 mil ano) a partir da Ásia Central, Mongólia, atravessando a Rússia, Somália, ou pelo Egipto (os Zindjis), ou ainda pelo Mediterrâneo até a Espanha, Gibraltar e norte de África e depois para o sul, talvez acerca de 2000 anos, empurrados pelos invasores Bantu para o sul do lago Tanganika e bacias do Zambeze (Liambeje), do Congo (Zaire), para o deserto do Kalahari e do sudoeste angolano mais tarde ainda pelos europeus» (Almeida, 1994, p. 256).

Cuíssis: são povos que constituem o fundo primitivo de Angola. Grupos errantes de Cuíssis se assinalam presentemente desde o Cunene, ao Sul, até a região do Impulo, ao Norte, chegando a atingir a linha férrea de Benguela nos arredores de Caiambo. Este povo faz parte do grupo étnico Ovatwa, termo que serve para denominar povos de raça negra que se encontra ao grau mais primitivo da civilização, isto é, que pertencem ao ciclo cultural da caça e da colheita. Estes povos do sul de Angola, supõe-se que foram eles que passaram por algumas cavernas e deixaram aí os seus problemas diários nas paredes das mesmas. É de sublinhar que nas investigações arqueológicas realizadas nos anos de 1971

⁷Carta geral dos solos de Angola, 1963

e 1972 pelo Professor Santos Júnior, nas estações de Tchitundu-Hulo, concluiu-se:

Os cuíssis não só tinham sido os últimos ocupantes dos abrigos ali existentes, como também a eles se deviam atribuir os fundos de cabanas e a numerosa utensilagem lítica que aparece dispersa á superfície do terreno [...] e também eles, provavelmente, seriam os autores das gravuras de aspecto mais recente que, entre outras, se encontram esculpidas na superfície rochosa do morro. Mas os abrigos de Macahama vêm agora revelar-nos, e nisto julgamos que reside a sua grande importância, que os Cuíssis, além de caçadores e recolectores de um mesolítico final, serão também autores de pinturas rupestres, pelo menos das mais recentes que aparecem no sudoeste de Angola (Ervedosa, 1980, pp. 302-303).

Hereros: encontram-se também nesta parcela do país estes povos, na qual os Kuvale fazem parte e vivem numa vasta parte desta província de Angola, onde se estendem na região da Serra da Chela, a norte e, do rio Cunene a sul. De acordo com Irle, os Hereros vieram para Angola através do curso superior de Zambeze, ou até mesmo na região dos grandes lagos há uns anos atrás. (Gutierrez, 2009, p. 30).

Para além dos povos acima referenciados pode-se destacar também os Cuvale que integram populações pastoris de língua bantu que chegaram á costa Ocidental de África, e que flectindo para sul, se fixaram nas bordaduras do deserto de Moçâmedes, daí se expandiram até ao deserto do Kalahari; os Chimba, sua origem encontra-se numa vasta região, que ultrapassa a fronteira Sul de Angola, e se prolonga em direcção Nordeste Namibiano, embora pertencentes à mesma linhagem dos Cuvale.

No século XVI, um grupo da região dos Grandes lagos, no centro do continente, entrou em Angola pelo extremo Leste, atravessou o planalto de Bié e instalou-se entre o deserto de Moçâmedes, e a Serra da Chela (Huíla) no sudoeste Angolano: eram os Hereros, povos de pastoris e criadores de gado, já aqui encontram os Cuíssis e os kurocas, forçando-os a deslocar-se para as zonas mais inóspitas da região (Monografia da província do Namibe, 1989, p. 7).

1.2.2 – Os Primeiros Contactos com os Portugueses

Quando os europeus chegaram à África negra, as populações encontravam-se num estágio de desenvolvimento muito baixo que alguns historiadores classificam de «transição de comunidade primitiva para o escravagismo» Neste período, no território que hoje é Angola, viviam vários povos de origem Bantu, organizados em reinos, e os povos Khoisan (Hotentotes e Bosquímanos, designação colonialista) organizados em clãs, conhecidos como os primeiros

povos a habitar o actual território de Angola, provenientes do sul do continente (Ki-zerbo, 1979; Miller, 1976).

A colónia de Moçâmedes é marcada pela presença de luso-brasileiros que saíram de Pernambuco e foram se estabelecer ao sul de Angola na segunda metade do século XIX, momento em que gradativamente se encerrava o tráfico ilegal de escravos e se abria espaços para novas relações comerciais no atlântico sul. Esse processo imigratório remonta conflitos políticos e identitários entre brasileiros e portugueses no contexto do Brasil pós-independência, onde Portugal ainda fazia valer sua hegemonia política em território brasileiro, favorecendo o clima de hostilidade contra estrangeiros. O projecto Imperial que resultou na colónia de Moçâmedes é resultado de acções políticas colectivas e individuais tanto do Império ultramarino português como de Bernardino Freire, súbdito de Portugal e que naquele momento sofria com as hostilidades em Pernambuco (Santana, 2016).

Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro é conhecido pela história do Império Ultramarino Português como o principal fomentador da empreitada que resultou na colónia de Moçâmedes. Sua tentativa de reproduzir em Angola, o exitoso modelo económico da produção agrícola para a exportação que havia sido desenvolvido no Brasil é visto como uma grande acção patriótica e seu nome é sempre apresentado como fundador de Moçâmedes e como uma grande figura pelos seus feitos no além-mar⁸. Não é exagero afirmar o valor de suas intenções e feitos, já que o contexto de seu empenho em ir fundar uma colónia na costa angolana é bem conturbado. Os cento e oitenta colonos que em 23 de Maio de 1849 deixaram Recife, em Pernambuco, rumo a Moçâmedes no sul de Angola, embarcados na barca brasileira Tentativa Feliz e acompanhados do brigue de guerra português Douro²., compartilhavam as frustrações e constrangimentos devido ao clima de hostilidade entre portugueses e brasileiros no período pós-independência e que em Pernambuco foram ainda mais impulsionados pela revolta da Praia em 1848 (Santana, 2016).

Porém antes de discutir essas novas relações e novas rotas advindas não só da fundação, mas também do sucesso da colónia de Moçâmedes, é preciso

remontar um pouco do contexto político de Pernambuco, do qual resultou na empenhada expedição de portugueses, rumo ao sul de Angola.

1.2.2 – Relação Entre os Portugueses e a População Local

Observe que a segurança e prosperidade da província de Angola dependiam das políticas da metrópole. A agricultura era um dos meios principais para desenvolver a província. A repressão do tráfico de escravos, tendo produzido uma grande paralisação no comércio, por não haver outras mercadorias com que sustentar a importação, obrigava a olhar para a agricultura como forma de alargar comércio e promover a exportação³¹. Obrigatoriamente, tinha de se recrutar mais homens para o trabalho (Alexandre e Dias, 1985).

A mão-de-obra escrava passou a ser empregue nas fazendas, nas plantações de café, algodão, cana-de-açúcar e na colecta de transporte da cera, borracha e marfim³², para atender aos mercados europeus e americanos (Clarence-Smith, 1985).

De 1836 a 1860 foram feitas várias investidas para aumentar a presença do português em Angola (Ferreira, 1999, p.9). Ambriz foi uma região sem soberania definida por parte dos portugueses, só começou a ter uma ocupação efectiva a partir do ano de 1855 (Ferreira, 1999).

Preparava-se novas investidas e ocupações de territórios. Chegou-se a fundar uma Colónia em Moçâmedes com portugueses que saíram de Pernambuco fugindo do clima antilusitano durante a revolução Praieira.³³ Além das investidas no ano de 1836, houve uma aposta em milhares para submeter as regiões (a leste o Rio Kwango). Apesar de algumas investidas não lograrem grande êxito, estava claro que era um esforço grande em reordenar Angola nos anos de 1836 por conta fim do tráfico.⁹

A partir da metrópole vieram instruções para a cultura e práticas de diversas plantas e em último lugar o algodão. A cultura do algodão foi pela maior parte abandonada, o gergelim e outras actividades, que precisavam ser reabertas pela província, apresentaram poucos resultados em relação as outras colónias (Henriques, 2004).

⁹ FERREIRA. R. Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860

No ano de 1866, o jornal da Civilização da África Portuguesa relatou informações da metrópole sobre a tarefa de voltar a cultura do café e no interior as lutas e esforços para perseverança que apresentavam resultados tristes, ao passo que em S. Tomé, na Fazenda Monte do café, produzia-se mais com menos trabalhadores.¹⁰

Durante o século XIX, as relações sociopolíticas do colonialismo em África estavam estreitamente envolvidas ao sistema de mão-de-obra livre. No segundo quartel deste século, este sistema passou por um processo evolutivo que se dava em forma de produção. O regime colonial tinha uma ideologia consolidada no progresso de desenvolvimento económico, várias vezes que as elites europeias tentavam mostrar uma imagem contrária dessas práticas análoga à escravidão, alegando os trabalhos forçados com diferentes formatos e controle sobre as pessoas em forma de instituição, que organizavam espaços para a produção, adaptadas em políticas conflitantes e confusas. A introdução às actividades agrícolas na província de Angola atendeu também às preocupações e necessidades exclusivas da metrópole, provocando assim grandes transformações sociais na vida da população.¹¹

O modo de vida dos trabalhadores encontrados nas unidades e lugares de trabalhos estavam submetidos por via do trabalho forçado e da violência. Portanto, não podemos negar que a violência caracterizou a colonização no século XIX até ao XX. A partir da segunda metade do XIX, Portugal e a província de Angola passaram a estar próximos no que concerne as investidas, acções políticas que ligavam os dois territórios, com intensos movimentos de ocupação da colónia e políticas de desenvolvimento para expansão do território. A complexidade das relações na província de Angola foi construída com base no processo de mão-de-obra escrava. O século XIX vai ser um período marcado pelo aproveitamento dos recursos, e os territórios além-mar passaram a intensificar os trabalhos, crescendo seguindo a lógica de um ideal económico assente na exploração dos territórios dos seus recursos. Fontes

¹⁰A civilização da África Portuguesa, 1966.

¹¹A Civilização da África Portuguesa. 1866 a 1869.

**CAPITULO II - O PODER PÚBLICO E AS AUTORIDADES TRADICIONAIS NA
REGIÃO DE MOÇÂMEDES, COMUNA DO FORTE SANTA RITA**

CAPITULO II - O PODER PÚBLICO E AS AUTORIDADES TRADICIONAIS NA REGIÃO DE MOÇÂMEDES, COMUNA DO FORTE SANTA RITA

2.1 – Breve Discussão Teórica

As autoridades tradicionais constituídas por Sobas, Séculos e Milinhos (mensageiros das embalas) eram o elo entre a população nativa e o poder administrativo instalado na altura e exerciam essencialmente o papel de controladores da população e cobrança de imposto geral mínimo.

Segunda o Relatório da Formação em Desenvolvimento Comunitário na Província de Benguela (ADRA, 2006), consideram como um poder natural, mágico-religioso, hereditário assente em linhagens, e que se circunscreve a uma área geográfica determinada. Considera ainda como um poder autoritário, mas moderado pela influência de conselheiros e baseado no conhecimento das tradições.

Em Angola, no período pré-colonial e durante a fase de ocupação, que na realidade só terminou no séc. XX (1917, morte de Mandume, se não contarmos com a Revolta Mukubal de 1939) nem todo território que constitui hoje a República de Angola era ocupado por unidades políticas que podemos considerar como reinos, por serem dirigidos por um soberano, herdeiro segundo um sistema de filiação linhageira e cuja origem do poder assentava nos antepassados, num mito fundador, ou num desígnio sobrenatural¹².

- Nestes casos a chefia “original” ou “de linhagem” é mais protegida e actuante, dirigindo os “chefes administrativos”.

Como se pode ver, não se deve olhar para as autoridades tradicionais como se fossem todas estruturas homogéneas. Se por um lado é preciso acautelar para não cair na ideia “algo romântica” de que estas autoridades são sempre defensoras das comunidades locais e por isso guardiãs do interesse local, também parece arriscado aquele extremismo, segundo o qual elas são um impedimento ao desenvolvimento, por isso devem ser liquidadas. As estratégias

¹² Para o efeito ver o texto Experiência Histórica do Poder Local em Angola apresentado por SAMUEL AÇO na IV Semana Social Nacional do Mosaico – Instituto Para Cidadania, 2011.

de desenvolvimento local não devem ignorar o contributo que pode ser dado por estas entidades, tendo em conta as suas características concretas.

Existem autoridades tradicionais de linhagem e administrativas no Município. As principais ocupações das autoridades tradicionais têm estado voltadas para a legalização dos terrenos, resolução de litígios familiares, observância do direito costumeiro, festas de *Ekuendje*, *Efiko* e *Ndjelua* (rituais de circuncisão, puberdade e procissão do boi sagrado), na sua área de jurisdição (Administração Municipal da Chibia, 2021).

As autoridades tradicionais do município têm ajudado na resolução de conflitos de diversa natureza recorrendo aos usos, costumes e da experiência acumulada durante anos. Dependendo da natureza e do grau do crime, os problemas são resolvidos na base do Direito Positivo, (Polícia Nacional e Ministério Público).

Nota-se algum descontentamento por parte de alguns sobas e seculos de linhagem com relação aos que foram instituídos pelo governo. Neste particular, denota-se com destaque a preferência e maior procura dos sobas de linhagem por parte da população para a resolução de certos conflitos e aconselhamentos. Por outro lado, os inqueridos consideram que o governo deve continuar a enaltecer o verdadeiro papel dos reis e a revitalização dos reinados.

Na opinião de alguns munícipes¹³, com destaque para os que vivem nas povoações, as autoridades tradicionais estão a cair em descrédito, principalmente aqueles cuja actuação tem sido pouco expressiva, contraditória e contestada. Nestes casos, preferem recorrer as esquadras policiais ou à familiares (anciãos) e amigos para a resolução das quezílias e aconselhamentos.

2.2. - O Poder Público

Sendo a organização do estado a nível local compreendendo a existência de autarquias locais e outros órgãos administrativos locais” (Artigo 145º). Na verdade, a palavra “poder” é polissémica.

¹³Administração Municipal da Chibia (2021).

Todavia, a expressão “poder” deve significar “a faculdade atribuída pela lei constitucional a determinadas entidades, criadas ou reconhecidas por lei, de definir e impor aos outros o respeito da própria conduta ou traçar a conduta alheia” (Feijó, 2012).

2.3 - Princípios Fundamentais do Poder Público e Tradicional

A constituição angola valoriza o poder local e reconhece “as autoridades tradicionais são pessoas singulares ou instituições investidas de poder de autoridade junto das comunidades, fundamentadas nos usos e costumes, no resgate e consolidação da identidade nacional, fazendo cumprir os costumes, dirimirem conflitos ou litígios levados a sua jurisdição, apoiarem as populações em caso de caça, queimada, distribuição de terrenos comunitários, resolução de fenómenos naturais como a seca, cheias, e outras calamidades”(Entrevista ao Governo Provincial do Namibe, 04 de Novembro de 2021).

No contexto do Namibe, a autoridade tradicional, o soba¹, é um administrador da comunidade, dos seus bens, e assume a função de um juiz supremo. Detém o poder político, velando pela paz do seu território. As autoridades tradicionais são também, pessoas colectivas, investidas de poderes tradicionais existentes muito antes do aparecimento do Estado (Entrevista à Secretária do governo provincial, 2021).

2.4- Princípios Fundamentais das Autoridades Tradicionais

Na verdade, a divisão administrativa, para efeitos do poder tradicional, deve obedecer aos marcos territoriais dos povos que estejam submetidos. Desse modo, podemos surpreender no nosso mosaico cultural autoridades tradicionais cuja jurisdição abarca vários municípios de diversas províncias; autoridades tradicionais cuja acção se esgota num município ou numa comuna; autoridades tradicionais de âmbito provincial; e até surpreendemos autoridades tradicionais cujo “reino” se estende para lá da fronteira de Angola (Poulson, 2009).

O Estado tem feito um reconhecimento das autoridades tradicionais, passando necessariamente por atender a todas as especificidades territoriais, não as “submetendo” ao quadro, eventualmente inadequado, tendo em conta a divisão territorial, para efeitos da administração política e administrativa do Estado

(Princípio da legalidade). O poder tradicional está submetido às regras costumeiras e tal facto não se coaduna com o direito positivo, havendo necessidade de ter isto em conta. Procurámos neste capítulo fazer o enquadramento teórico da problemática em causa e resumiu-se igualmente a questão da evolução histórica do poder local público em Angola; a questão do poder local e a sua relação com o processo constitucional; a questão das autarquias locais e os princípios do poder tradicional, uma vez que estes dois últimos são elementos fundamentais do poder local. Este enquadramento constitui a base teórica da análise específica do caso do Namibe.

2.5 – A Relação entre Poder Público e Autoridades Tradicionais

O reconhecimento constitucional das autoridades tradicionais como uma das formas de organização do poder local em Angola levanta a questão do papel das instituições de poder tradicional no quadro da governação local.

Como se pode ver, em Angola, de acordo com o artigo 213 da CRA, o Poder Local é um fenómeno do âmbito do poder político, diz respeito à organização democrática do Estado ao nível local, sedimentada pelo princípio da descentralização político-administrativa. Repare-se neste particular, tal como afirma Rosa Branca, num grande número de Estados a descentralização é apenas administrativa mas, em Angola, o legislador constituinte optou por atribuir às autarquias locais, além de poderes administrativos, determinados poderes políticos, a serem fixados por lei¹⁴. No plano histórico, o poder local é explicado pela necessidade dos habitantes de uma determinada parcela do território se organizarem em função das relações de vizinhança e dos interesses comuns e próprios¹⁵. No plano político, poder local quer significar a necessidade das populações de um determinado território se auto-administrarem e gerirem, autonomamente, os seus interesses próprios e comuns.

¹⁴Ver: O Poder Local na Constituição da República de Angola. Lições de Rosa Branca. Curso de Pós Graduação em Políticas Públicas e Administração Local, Luanda 2012, p. 25.

¹⁵ AÇO, Samuel, Experiência Histórica do Poder Local em Angola apresentado por na IV Semana Social Nacional do Mosaico – Instituto Para Cidadania, 2011, p. 30.

Aqui é necessário não confundir as expressões autonomia local e descentralização administrativa, pois não são expressões que se equivalem ou sinónimas¹⁶.

De acordo com a legislação em vigor a administração local não intervém directamente nos actos dos chefes da autoridade gentílica. Cabe apenas ao poder público local fiscalizar a acção das autoridades tradicionais no quadro da administração local autónoma. Entretanto quando as circunstâncias exigirem a intervenção ela é feita mediante a cooperação com base nos núcleos consultivos e auscultação a nível da administração local. Ou através da superintendência que consiste na delegação de tarefas e na prestação de conta feita em escala dos tributos locais consignados à autoridade tradicional para fazer face à actividades de rotina.

2.6 – A Influência do Poder Público sobre as Autoridades Tradicionais

Os legados coloniais e pré-1991 eram hiper centralistas. As conversas sobre descentralização e governo local começaram há duas décadas e culminaram com o Decreto da Administração Local de 1999. Depois de 2002, a descentralização foi alardeada como a política chave do pós-guerra na periferia angolana, mas até 2007, as estatísticas eram preocupantes: 79% dos funcionários do “governo local” estavam nas sedes do governo provincial, com apenas 19% nos municípios e 1% nas comunas. Pouco antes das eleições de 2008, 68 municípios foram escolhidos para receber um pagamento único de US \$ 5 milhões do orçamento do estado, independentemente do seu tamanho, população e necessidades reais. Isso foi oficialmente estendido a todos os municípios no ano seguinte, mas o desembolso da segunda parcela foi irregular. O governo recorreu então a queixas sobre a má gestão das verbas de 2008, o que certamente não foi uma preocupação na altura, para argumentar que os

¹⁶A diferença entre a autonomia local (entendida como poder ou capacidade conferida a determinadas colectividades territoriais infra estaduais de se administrarem a si mesmas) e o poder local deve ser feita numa perspectiva de grau, isto é, só haverá poder local lá onde a autonomia local traduz-se para entes autónomos locais largas atribuições e competências e os mecanismos de tutela não sejam demasiado intensos. Daí que nem sempre autonomia local é sinónimo de poder local porque este só existe quando a autonomia é larga e a tutela estadual seja muito atenuada (AÇO, Samuel, *Experiência Histórica do Poder Local em Angola* apresentado por na IV Semana Social Nacional do Mosaico – Instituto Para Cidadania, 2011, p. 45).

municípios estavam despreparados e, em 2010, Angola tinha voltado a despesas directas do governo central (Bowerbank, 2010).

Um processo semelhante para a temporada eleitoral de 2012, mas o recorde permanece desanimador, especialmente quando se trata de investimento na capacidade local.

As entrevistas com funcionários do Ministério da Administração Territorial (MAT) atribuem estes atrasos e contradições principalmente à falta de recursos humanos e apontam para o objectivo optimista do Plano Nacional de Desconcentração e Descentralização Administrativa: avançar "gradualmente" para um modelo de governação local que reúne autarquias eleitas, autoridades tradicionais e "sociedade civil"¹⁷.

Na verdade, são os governadores provinciais, que respondem directamente ao Presidente, que mandam em si e as autoridades tradicionais são impotentes; não há perspectiva de eleições municipais a curto prazo e os Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACs), órgãos consultivos para o envolvimento com as "forças sociais", são veículos transparentes do partido no poder ou periféricos para a tomada de decisões.

Mais importante ainda, a descentralização política foi cuidadosamente adiada: as disparidades regionais no apoio do poder público tornam-no relutante em fornecer aos rivais plataformas legítimas localmente. Mesmo o enfoque mais limitado na "desconcentração" é encarado com hesitação por Luanda, ao mesmo tempo que abraça a sua linguagem. À luz dessa governança pseudo-descentralizada, encontra-se um aparato partidário onde reside o verdadeiro poder. O processo erróneo de "descentralização" é na verdade uma estratégia de ocupação administrativa projectada para "estender o aparato do estado, aumentar o tamanho e o apoio do partido" e, em áreas ricas em recursos, "proteger o acesso a recursos naturais valiosos recursos que financiam as actividades do partido - Estado" (Bowerbank, 2009).

¹⁷ *Interviews with two MAT officials*, Luanda, February and June 2012 in Ricardo Soares de Oliveira, (2013) *O Governo Está aqui: Post-War State-Making in The Angolan Periphery*.

CAPITULO III – ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

CAPITULO III – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

2.2.1. População e Amostra

a) População

Tendo em conta os objectivos da realização da presente investigação, a população foi constituída por um universo de estudantes do 3º ano de História.

b) Amostra

Aleatoriamente seleccionou-se 36 alunos do período Pós-Laboral.

Tabela 1. Caracterização da Amostra

Nº	Turno	Curso	Género		Situação								Idade										
					Não repetentes				Repetente				18 aos 25		26 aos 35		36 aos 45		Maior de 46				
					M	%	F	%	M	%	F	%	M	%	F	%	M	F	M	F	M	F	
36	laboral	Pós-	Historia	20	55,55	16	44,44	13	36,11	12	33,33	7	19,44	4	11,11	5	3	6	8	7	3	1	3

2.4. Apresentação dos Resultados

Tabela 2: Tem algum conhecimento sobre o tema?

Pergunta	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	%		
Tem algum conhecimento sobre o tema?	Sim	16	44,44	11	30,56	27	75
	Não	4	11,12	5	13,88	9	25
	Abstenções	00	00	00	00	00	00
Total		20	55,56	16	44,44	36	100

Na tabela 2 procurou-se saber se os estudantes tinham algum conhecimento sobre o tema em questão. Como podemos observar, 27 estudantes afirmam que têm sim conhecimentos acerca do tema o que corresponde à 75%, e 9 afirmam que não têm conhecimentos sobre o tema o que corresponde à 25%, não houve abstenções

Tabela 3: Se sim, como tomou conhecimento?

Pergunta	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	%		
Se sim, como tomou conhecimento?	Escola	12	33,33	6	16,67	18	50
	Comunicação social	00	00	1	2,78	1	2,78
	Internet	00	00	2	5,56	2	5,56
	Contacto com outras pessoas	3	8,33	3	8,33	6	16,67
	Abstenções	5	13,89	4	11,11	9	25
Total		20	55,56	16	44,44	36	100

Na tabela 3, procurou-se saber como os estudantes tomaram conhecimento acerca do tema, verificou-se que 18 estudantes tomaram conhecimento através da escola o que corresponde à 50%; 1 tomou conhecimento através da comunicação social, o que corresponde à 2,78%; 2 através da internet, o que corresponde à 5,56%; 6 através do contacto com outras pessoas o que corresponde à 16,67%; e 9 abstenções o que corresponde à 25%.

Tabela 4: Sendo importante a inclusão de alguns conteúdos no programa da cadeira de História de Angola II, no âmbito de reformas curriculares, que estratégias podem ser utilizadas para aumentar o nível de conhecimentos dos estudantes?

Pergunta	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	(%)		
Sendo importante a inclusão de alguns conteúdos no programa da cadeira de História de Angola II, no âmbito de reformas curriculares, que estratégias podem ser utilizadas para aumentar o nível de conhecimentos dos estudantes?	Aulas	8	22,22	7	19,44	15	41,67
	Palestras	5	13,89	4	11,11	9	25
	Seminários	6	16,67	4	11,11	10	27,78
	Abstenções	1	2,78	1	2,78	2	5,56
Total		20	55,56	16	44,44	36	100

Na tabela 4, procurou-se saber quais eram as estratégias que podiam ser utilizadas para aumentar o nível de conhecimentos dos estudantes a cerca do

tema, notou-se que: 15 estudantes afirmam que a melhor estratégia seria através de aulas o que corresponde à 41,67%; 9 defendem as palestras como melhor estratégia o que corresponde à 25%; enquanto 10 preferem os seminários como melhor estratégia, o que corresponde à 27,78%; 2 abstenções o que corresponde à 5,56%.

Tabela 5: Em que medidas as razões abaixo discriminadas contribuem para o fraco conhecimento dos estudantes sobre o tema em questão?

Pergunta	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	%		
Em que medidas as razões abaixo discriminadas contribuem para o fraco conhecimento dos estudantes sobre o tema em questão?	Pouco interesse dos estudantes	5	13,89	4	11,11	9	25
	Falta de bibliografia sobre o tema	7	19,44	4	11,11	11	30,56
	Pouco tempo de abordagem do tema	1	2,78	3	8,33	4	11,11
	Falta de abordagem do tema por parte do professor	4	11,11	3	8,33	7	19,44
	Outras opções	1	2,78	0	00	1	2,78
	Abstenções	2	5,56	2	5,56	4	11,11
Total		20	55,56	16	44,44	36	100

Na tabela 5, procurou-se saber quais são as razões que contribuíram para o fraco conhecimento dos estudantes sobre o tema em questão, verificou-se que: 9 estudantes afirmam que há pouco interesse dos mesmos, o que corresponde à 25%; 11 estudantes afirmam que é a falta de bibliografia sobre o tema, o que corresponde à 30,56%.

Outros estudantes apontam o pouco tempo de abordagem como principal razão, o que corresponde à 11,11%; 7 apontam a falta de abordagem do tema por parte do professor, o que corresponde à 19,44%, enquanto 1 estudante aponta outras opções o que corresponde à 2,78%; 4 abstenções que corresponde à 11,11%.

Tabela 6: Como classifica a bibliografia existente acerca do tema?

Pergunta	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	%		
Como classifica a bibliografia existente acerca do tema?	Muito rica	4	11,11	2	5,56	6	16,67
	Rica	9	25	5	13,89	14	38,89
	Razoável	6	16,67	7	19,44	13	36,11
	Pobre	1	2,78	2	5,56	3	8,33
	Muito pobre	0	0	0	0	0	0
	Abstenções	0	0	0	0	0	0
Total		20	55,56	16	44,44	36	100

Na tabela 6, procurou-se saber como classifica a bibliografia existente acerca do tema, diante desta questão, 6 estudantes consideram muito rica, o que corresponde à 16,67%; 14 estudantes consideram rica, o que corresponde à 38,89%; 13 estudantes consideram razoável, o que corresponde à 36,11%; 3 estudantes consideram pobre, o que corresponde à 8,33%. Não houve abstenção.

Tabela 7: Considera o tema relevante?

Pergunta	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	%		
Considera o tema relevante?	Sim	20	55,56	16	44,44	36	100
	Não	0	0	0	0	0	0
	Abstenções	0	0	0	0	0	0
Total		20	55,56	16	44,44	36	100

Na tabela 7, procurou-se saber se os estudantes consideram o tema relevante, verificou-se que: 36 estudantes consideram o tema relevante, o que corresponde à 100%. Nenhuma abstenção.

Tabela 8: Que nível de conhecimento tem sobre o tema?

Pergunta	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	%		
Que nível de conhecimento tem sobre o tema?	Profundo	5	13,89	1	2,78	6	16,67
	Superficial	12	33,33	14	38,89	26	72,22
	Nenhum	3	8,33	1	2,78	4	11,11
	Abstenções	0	0	0	0	0	0
Total		20	55,56	16	44,44	36	100

Na tabela 8, procurou-se saber qual é o nível de conhecimento que os estudantes têm sobre o tema, verificou-se que: 6 estudantes afirmam que tem

um nível de conhecimento profundo sobre o tema, o que corresponde à 16,67%; 26 estudantes afirmam ter um nível de conhecimentos superficial, o que corresponde à 72,22%; enquanto 4 estudantes afirmam não ter qualquer tipo de conhecimento sobre o tema o que corresponde à 11,11%, não houve abstenções.

Tabela 9: I Influência das autoridades locais sobre as autoridades gentílicas do Forte Santa Rita no Namibe?

Questão	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	%		
O poder público local influência de forma positiva ou negativa as autoridades tradicionais do Forte Santa Rita no Namibe?.	Positiva	17	47,22	12	33,33	29	80,56
	Negativa	3	8,33	4	11,11	7	19,44
	Abstenções	0	0	0	0	0	0
Total		20	55,6	16	44,44	36	100

Na tabela 9, notou-se que cerca de 29 estudantes confirmaram que influencia de forma positiva, o que corresponde à 80,56%, enquanto que 7 afirmaram que que tem influenciado de forma negativa, o que corresponde à 19,44% e nenhuma abstenção.

Tabela 10: O papel dos sobas na administração local do Forte de Santa Rita?

Pergunta	Resposta	Sexo				Total de estudantes	Total em %
		M	%	F	%		
Qual é o papel dos sobas na administração local do estado no Forte Santa Rita?	O seu papel é nulo	0	0	0	0	0	0
	Organizam e ajudam a resolver os conflitos nas comunidades locais	20	55,56	16	44,44	36	100%
	Abstenções	0	0	0	0	0	0
Total		20	55,56	16	44,44	36	100

Na tabela 10, procurou-se saber dos estudantes qual é o papel dos sobas na administração local do estado no Forte Santa Rita: 36 estudantes foram

unânicos em afirmaram que auxiliam na organização e resolução de conflitos nas comunidades em questão inseridos, o que corresponde à 100%.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

O estudo empírico provou através dos inquéritos aplicados aos estudantes do ISCED-Huíla, que os mesmos têm um nível razoável de conhecimento acerca do tema, os poucos que tem esse conhecimento tomaram através da escola, mas de uma forma bastante limitada, outros ainda apontam a realização de palestras e seminários para além das aulas no sentido de se divulgar mais os conteúdos em volta do tema e a introdução do tema no programa de História de Angola II. O fraco conhecimento do tema por parte dos estudantes, deve-se a falta de bibliografia, pouco interesse dos próprios estudantes, outros ainda apontam pouco tempo de abordagem por parte dos professores.

Em função do inquérito, percebe-se que os conteúdos sobre o tratamento do tema são razoáveis o que torna o tema bastante relevante, apesar de os estudantes apresentarem um nível de conhecimentos superficial sobre o tema. Notou-se também que cerca de 29 estudantes confirmaram que influenciado de forma positiva, o que corresponde à 80,56%, enquanto que 7 afirmaram que influenciado de forma negativa, o que corresponde à 19,44% e nenhuma abstenção.

Apesar do fraco nível de conhecimento dos estudantes em volta do tema, pode-se perceber e confirmar os sobas desempenham um papel muito importante na administração local do estado e que auxiliam e muito na organização e resolução de conflitos nas comunidades em questão inseridos e não e que se deve dar maior valor e reconhecimento a estes líderes que muito tem feito para um relacionamento saudável entre as diferentes comunidades existentes no Forte Santa Rita no Namibe, em particular e em Angola no geral.

Em suma, a julgar pela alienação do poder tradicional a pesquisa mostra que, de acordo com as fragilidades do poder local do Estado, especialmente nas áreas remotas do Forte Santa Rita no Namibe os sobas mantêm uma relação de colaboração com a administração local na resolução dos problemas do povo e actuando como agentes de estabilidade, harmonia e social. coesão, administrar a justiça e regular as relações com base no direito consuetudinário. Podemos concluir que as autoridades tradicionais são actores políticos indispensáveis na governança local, que, mesmo sem atribuições claras devido à ausência de uma lei que estabeleça seu papel, têm contribuído significativamente para uma

interacção clara e efectiva com os órgãos administrativos locais do Estado e na resolução de muitos problemas que afectam a vida das comunidades rurais.

SUGESTÕES

SUGESTÕES

Nos últimos anos, tem se registado um grande dinamismo a nível do sistema educativo nos diversos ramos do saber, desta feita sugiro o seguinte:

- ✓ Que se realizem estudos mais profundos acerca da História da região Centro e Sul de Angola, no sentido de se conservar as memórias dos povos que habitam esta região.
- ✓ Que se realizem mais debates, palestras, seminários que falem sobre o tema em questão.
- ✓ Que se actualizem cada vez mais as nossas bibliotecas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRINO, J. de M. (2010). *O Poder Local na Constituição da República de Angola - Direito das Autarquias Locais: Introdução, Princípios e Regime Comum*, Lisboa.
- AAV. (org.)de; VAN DÚNEN, J. O. S.(2012),*Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da Democracia em Angola*, Almedina, Coimbra.
- AAV.(org.). ARAÚJO, R. (2012) *A Organização Judiciária em Angola*, Almedina, Coimbra.
- AAV. HOBBSAWN, E.; R., T. (org.) (2008) *A Invenção da Tradição na África Colonial*, São Paulo.
- FAURÉ, I.-A.; RODRIGUES, C. U. (org.) (2011) *Descentralização e Desenvolvimento Local em Angola e Moçambique: Processos, Terrenos e Actores*, Almedina, Coimbra.
- FEIJÓ, C. (2001) *Problemas Actuais do Direito Público Angolano: Contributos Para a sua Compreensão*, Principia Cascais.
- _____ (2012). *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana*, Edições Almedina, Coimbra.
- FELGAS, H. (1965)*As populações Nativas do Norte de Angola*. Lisboa.
- FLORÊNCIO, F. (2010). *No Reino da Toupeira. Autoridades Tradicionais do M'Balundu e o Estado Angolano*, Vozes do Universo Rural, Lisboa.
- GOUVEIA, J. B. (2014) *Direito Constitucional de Angola*, Lisboa.
- GUEDES, A. M. (2008). Uma Articulação entre o Estado e as Autoridade Tradicionais? – Limites na Congruência entre os Direitos do Estado e os Diretos Tradicionais em Angola, Lisboa.
- GUEDES, A. M. *etal* (2003) *Pluralismo e Legitimação: a Edificação Pós-colonial de Angola*, Almedina, Coimbra.

HEINTZE, B. (2007) *Angola nos Séculos XVI e XVII: Estudos Sobre Fontes, Métodos e História*, Editorial Kilombelombe, Luanda.

LOURENÇO, V. (2007) *Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas?* Edições Almedina, Coimbra.

ANEXOS

Anexo 1: Inquérito aplicado aos estudantes



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
ISCED – HUÍLA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
REPARTIÇÃO DE HISTÓRIA
QUESTIONÁRIO**

O presente questionário é uma ferramenta integrante de um projecto de pesquisa que esta sendo elaborado cujo objectivo é a recolha de dados referentes ao tema:

O PODER PÚBLICO E AS AUTORIDADES TRADICIONAIS NA REGIÃO DE MOÇÂMEDES, COMUNA DO FORTE SANTA RITA.

A sua contribuição será muito importante para que se amplie, aprofunde-se e actualizem-se os conhecimentos científicos relacionados como tema por isso solicita-se a maior abertura de sua parte respondendo todos os aspectotos que constam no questionário/Inquérito e sugerindo outros que não estejam mencionados.

Obs: assinale no quadrado as questões que achares corretas

Dados do Inquerido

Género:

Masculino _____

Feminino _____

Idade:

Dos 18 aos 25 anos _____

Dos 26 aos 35 anos _____

Dos 36 aos 45 anos _____

Maior de 46 anos _____

Repetente:

Sim _____

Não _____

1- Tem algum conhecimento sobre o tema em questão?

Sim _____

Não _____

a) Se sim, como tomou conhecimento?

➤ Através da escola _____

➤ Através da comunicação social _____

➤ Através das redes sociais _____

➤ Contacto com as comunidades locais _____

2- Sendo importante a inclusão de alguns conteúdos nos programas curriculares no âmbito das reformas em curso, que estratégias podem ser utilizadas para aumentar o nível de conhecimento dos estudantes?

a) Aulas Normais _____

b) Palestras _____

c) Seminários _____

3- Em que medidas as razões abaixo discriminadas contribuem para o fraco conhecimentos dos estudantes sobre o tema em questão?

a) Pouco interesse dos estudantes _____

b) Falta de bibliografia sobre o tema _____

c) Pouco tempo de abordagem do tema _____

d) Não abordagem do tema por parte dos professores _____

e) Outras _____

4- Como analisa os conteúdos sobre o tratamento do tema?

- a) Muito Rico _____
- b) Rico _____
- c) Razoável _____
- d) Pobre _____
- e) Muito Pobre _____
- 5- Considera o tema relevante?
- a) Sim _____
- b) Não _____
- 6- Que nível de conhecimento tem sobre o tema?
- a) Profundo _____
- b) Superficial _____
- c) Nenhum _____
- 7- O poder público local influência de forma positiva ou negativa as autoridades tradicionais do Forte Santa Rita?
- a) Positiva _____
- b) Negativa _____
- 8- Qual é o papel dos sobas na administração local do estado no Forte Santa Rita?
- a) Auxiliam na organização e resolução de conflitos nas comunidades em questão inseridos _____
- b) Não desempenham papel nenhum _____

Sem mais questões de momento, as nossas cordiais saudações.

Lubango aos _____ de _____ de 2022